



**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CAMPO  
DA RECICLAGEM DE LATAS DE  
ALUMÍNIO DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO**

*Marcelo Milano Falcão Vieira\**  
*Antônio da Cruz Paula\*\**

\*Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Ph.D. pela University of Edinburgh, Escócia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional.  
E-mail: marcelo.vieria@fgv.br

\*\*Mestre em Gestão Empresarial pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).  
E-mail: antonio.cruz@tropiconet.com.br

## Resumo

Neste estudo apresenta-se e analisa-se a configuração do campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro, usando como referência a teoria institucional. O estudo realizado utiliza o conceito de campo organizacional como principal ferramenta analítica. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações que compõem o campo organizacional. A pesquisa é seccional com perspectiva longitudinal, envolvendo uma análise qualitativa, com a finalidade de obter informações do passado que contribuam para explicar a configuração atual do campo. Pode-se perceber, pela análise, que os atores periféricos, representados neste trabalho pelas cooperativas de catadores, a despeito de outros atores, buscam alterar a configuração do campo por meio de pressões sociais.

## Palavras-chave:

Campos organizacionais, estudos institucionais, cooperativas de catadores, reciclagem de alumínio.

## Abstract:

The objective of this study is to discuss and analyze the structure of the organizational field of recycling of aluminum cans in Rio de Janeiro state, using as reference the institutional theory. The present study uses the concept of organizational field as its main analytical tool. a theoretical basis. The structure and analysis presented here were elaborated through a survey, based on semi-structured interviews with representatives of organizations of the organizational field. This study is sectional with longitudinal perspective, including a qualitative analysis, in order to get information regarding the past that can contribute to explain the current structure of the organizational field.

There is a perception that border actors, represented in this work by recyclers cooperatives, on the contrary of other studies, intend to change the structure of the organizational field by the means of social pressures.

### Key-words:

organizational fields, institutional studies, aluminum recycling, recyclers cooperative.

## 1. INTRODUÇÃO

O setor de reciclagem de alumínio cresce progressivamente desde 1990 quando começou a ser monitorado. Dados da Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - Abralatas (2005) e a Associação Brasileira do Alumínio - Abal (2005) indicam que em 2004 foram recicladas 121,3 mil toneladas de latas de alumínio do total de 126,8 toneladas produzidas. A crescente importância atribuída ao setor deve-se a fatores de ordem ambiental e econômica.

A indústria da reciclagem de alumínio reduz, por exemplo, a extração da bauxita, à medida que, para cada quilo de alumínio reciclado poupam-se aproximadamente cinco quilos do minério bruto, reduzindo assim o volume de lixo gerado e contribuindo para a questão do tratamento de resíduos resultantes do consumo.

Outro benefício importante para a sociedade é a economia de energia. Para se reciclar uma tonelada de alumínio gasta-se apenas 5% da energia necessária para se produzir a mesma quantidade de alumínio primário, Abal (2005). Ou seja, a reciclagem do alumínio proporciona uma economia de 95% de energia elétrica. Em 2004, a reciclagem de latas de alumínio proporcionou a economia de cerca de 1.735 GWh/ano, o que corresponde a 0,5% de toda a energia gerada no país. Este total seria

suficiente para atender, à demanda de uma cidade como Campinas (SP), com um milhão de habitantes, por exemplo.

A reciclabilidade é um atributo muito importante do alumínio. Ainda segundo a Abralatas (2005), qualquer produto fabricado com este metal pode ser reciclado infinitas vezes, sem perder suas qualidades no processo de reaproveitamento, ao contrário de outros materiais que geram resíduos com aplicações menos nobres.

Entre os fatores que têm contribuído para o crescimento da reciclagem de latas de alumínio no Brasil está o aumento da participação das cooperativas e da base de coleta. O valor de mercado do alumínio em comparação com outros recicláveis explica as altas taxas de reciclagem desse material. O Compromisso Empresarial para Reciclagem – Cempre - (2005) indica que o quilo da lata de alumínio vale 16 vezes mais que o do aço, 83 vezes o valor do vidro colorido, 25 vezes o valor da embalagem longa vida e 5,5 vezes mais que a embalagem PET (base: São Paulo).

No Brasil, além da preocupação com o meio ambiente, o incremento da reciclagem tem se destacado pela capacidade de geração de renda e negócios. Em um país com as características do Brasil de altas taxas de desemprego, a atividade de reciclagem de latas de alumínio movimentou 1,4 bilhões de reais em 2004, envolvendo desde a etapa de coleta até a etapa de transformação. Desses, 450 milhões de reais foram obtidos na etapa de coleta, que emprega cerca de 160 mil pessoas que vivem exclusivamente da coleta de latas de alumínio, (Abralatas, 2005).

Nas dimensões social e econômica, o conjunto dos dados acima indica a importância da atividade de catção de sucatas de alumínio no Brasil. Na dimensão social, as cooperativas, ao responderem pela geração de emprego para cerca de 160 mil catadores no Brasil, desempenham papel importante na recuperação da autoestima e dignidade dessas pessoas.

Na dimensão econômica, as cooperativas desempenham papel importante na cadeia produtiva da reciclagem do alumínio, pois são responsáveis por mais de 50% da coleta de sucata de latas de alumínio. Além disso, à indústria não interessa a verticalização desta cadeia produtiva, à medida que a etapa de coleta para ser eficiente exige o envolvimento de grande número de pessoas e milhares de pontos de coleta distribuídos pelo país. A informalização desses trabalhadores garante a abrangência e eficiência de que a indústria necessita, porém, com custos inferiores aos que a formalização e verticalização podem propiciar.

Dado este quadro, o objetivo principal deste estudo é analisar o estágio de formação e estruturação do campo de reciclagem de latas de alumínio no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, este estudo busca inicialmente responder à seguinte pergunta:

**Como está estruturado o campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro?**

Os objetivos específicos deste estudo são:

- a) Caracterizar o campo de reciclagem de latas de alumínio no estado Rio de Janeiro;
- b) Identificar os fatores institucionais determinantes da configuração do campo;
- c) Identificar o tipo de interação entre os atores;
- d) Analisar as estruturas de dominação do campo; e
- e) Analisar como a teoria institucional e a análise de campo podem contribuir para a análise e elaboração de estratégias das cooperativas de catadores, frente às alterações do ambiente institucional do campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro.

Existem diversos estudos e pesquisas já realizados ou em andamento sobre este assunto, os quais, em sua maioria, abordam as questões

técnicas de como reciclar, os impactos no meio ambiente ou as vantagens econômicas do processo de reciclagem. Os aspectos institucionais e como está se formando este campo não têm sido abordados nesses estudos. Portanto, este estudo contribui com informações adicionais às pesquisas já realizadas no setor, colaborando para um maior entendimento, além das questões econômicas abordadas na maioria das pesquisas anteriores.

O uso da teoria institucional e análise de campo demonstraram ser adequados para analisar as origens e processos de estruturação do campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro, bem como identificar as modificações no campo provocadas pelas alterações no ambiente institucional, identificadas por este estudo.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este estudo adota como elemento principal e referencial a teoria institucional. Como consequência da análise institucional para o estudo organizacional, analisa-se como a teoria institucional tem contribuído para as organizações e a importância do ambiente como variável de análise. Neste contexto de influência do meio ambiente nas organizações, analisam-se os conceitos de legitimidade, isomorfismo, poder e campo organizacional como elementos centrais na análise institucional.

A teoria institucional tem como origem as formulações de Selznick (1949), complementadas por estudos de Meyer e Rowan, DiMaggio e Powell, que no Brasil tem sido aprofundado principalmente pelo grupo de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional ([www.observatorio.dca.ufpe.br](http://www.observatorio.dca.ufpe.br)), além de vários outros esforços de pesquisadores espalhados pelo país. A teoria institucional surge como alternativa crítica à visão positivista predominante entre as teorias organizacionais, propiciando analisar mais abrangentemente os

estudos organizacionais ao incorporar novas correntes de análise, relacionando os estudos à visão histórica, a aspectos políticos, poder, ambiente institucional, e a inclusão dos elementos simbólico-normativos como determinante da estrutura das organizações. Esta abrangência permite aos estudiosos maior capacidade explicativa de comportamento das organizações frente às alterações do ambiente institucional em que está inserida.

A institucionalização é um processo em que algumas práticas das organizações são importantes para sua compreensão. O desenvolvimento e utilização de políticas de pessoal, a disputa pelo poder entre grupos com interesses contraditórios, a disseminação de valores das organizações como sendo de seus empregados são exemplos de práticas que contribuem para a institucionalização da organização. Para Selznick (1971), a institucionalização, dessa forma, é *“algo que acontece a uma organização com o passar do tempo, refletindo sua história particular, o pessoal que nela trabalhou, os grupos que engloba com os diversos interesses que criaram, e a maneira como se adaptou ao ambiente.”*

Cada vez mais os estudos organizacionais buscam compreender as influências dos ambientes nas organizações. Isso tem se refletido nas próprias organizações, que vêm se utilizando de metodologias e técnicas nas quais a análise do ambiente é fundamental para a elaboração de suas estratégias. É neste contexto que os institucionalistas propõem que os estudos organizacionais devem englobar o ambiente institucional como variável de análise, em que ambientes são entendidos como regras, sistemas de crenças e redes relacionais que se originam no contexto social mais amplo (MEYER e SCOTT, 1992).

Esta perspectiva se diferencia da concepção das teorias organizacionais funcionais, para as quais o ambiente é formado exclusivamente por elementos objetivos tais como recursos materiais, econômicos e

tecnológicos. A abordagem institucional acrescenta outros elementos, como os elementos culturais, que influenciam o desempenho da organização tais como símbolos, mitos, crenças e normas profissionais. Os institucionalistas defendem que as influências dos ambientes técnicos e institucionais nas organizações não são mutuamente excludentes. Ao contrário, podem se considerar complementares para uma análise mais abrangente da análise organizacional. É neste contexto de influência do meio ambiente nas organizações, e dessas sobre o meio, que surge na análise institucional o conceito de legitimidade.

Para os institucionalistas, o conceito de *legitimidade* é fundamental para a análise institucional. Em sua visão, as teorias organizacionais clássicas negligenciam um aspecto importante: a legitimação da estrutura formal. As normas existem muito mais específicas e poderosas sob o signo de regras, entendimentos e significados anexados à estrutura social, que institucionalizadas, transformam-se em mitos que passam a fazer parte dos conceitos de parâmetros como eficiência e modernidade. Para o correto entendimento do conceito de legitimidade, é fundamental a identificação e definição dos elementos que constituem a análise organizacional.

Na definição de Scott (1995, p.33), instituição consiste *“de estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que provêem estabilidade e entendimento do comportamento social.”*, portanto, divididos em três pilares.

Cada um desses pilares fornece uma base diferenciada para o desenvolvimento da legitimidade. A ênfase regulativa fornece a base conforme com as leis, em que as organizações para serem legitimadas devem operar de acordo com os requisitos legais. Na ênfase normativa fornece a base moral para a aceitação da legitimidade. Na visão cognitiva, a legitimidade é obtida por meio da adoção de arcabouços

comuns de referência de definições de determinada situação.

A preocupação da teoria institucional com as formas organizacionais resulta em diversos estudos sobre homogeneidade ou *isomorfismo*, cujas idéias principais estão formuladas no trabalho DiMaggio e Powell (1983).

As crenças e normas institucionalizadas determinam racionalidades, que quando incorporadas pelas organizações aumentam seu grau de legitimidade e sua chance de sobrevivência, independentemente da eficiência inicial, tornando-as cada vez mais semelhantes.

Esta adaptação a regras e práticas organizacionais faz com que uma organização, submetida às influências do meio ambiente, tenda a tornar-se homogênea com outras do mesmo ambiente, daí originando-se o conceito de isomorfismo, que entre outras consequências reduz turbulências e mantém a estabilidade.

Logo, para os institucionalistas, o desempenho de uma organização, em ambientes institucionalizados, não depende apenas do quanto ela consegue ser eficiente e competitiva. Por isso, tendem a tornar-se isomórficas para obterem legitimidade e recursos necessários à sua sobrevivência.

O isomorfismo pode ser desenvolvido por meio de três mecanismos denominados coercitivos, miméticos e normativos.

As alterações isomórficas de caráter coercitivo costumam ocorrer quando uma organização mais forte exerce pressões, formais ou informais, sobre outras que lhe são dependentes. As de caráter miméticos ocorrem quando uma organização, em razão de temores tecnológicos, indefinição de objetivos ou exigências institucionais, adota procedimentos e práticas já desenvolvidas e aprovadas em outras organizações. As de caráter normativo referem-se principalmente a práticas comuns de interpretação e ação, por exemplo, como as definidas pelas profissões, envolvendo o compartilhamento de um conjunto de normas e

métodos de trabalho pelos membros de determinada ocupação profissional.

Apesar de parecer vantajoso, os estudos Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983) destacam que a interferência de cada um desses mecanismos institucionais na delimitação da estratégia organizacional pode ocorrer a despeito de qualquer acréscimo na eficiência.

O conceito de *campo organizacional* é fundamental para a análise institucional (DiMAGGIO; POWELL, 1991). Pode ser definido como uma rede formada por várias organizações que mantêm relações mútuas de dependência, que compartilham o mesmo sistema de valores e estão sujeitas ao mesmo sistema regulatório (VIEIRA *et al.*, 2004). Neste ambiente, formado pelas organizações e suas relações, ocorrem conflitos e disputas de interesses, caracterizando o que é denominado de campo organizacional.

O campo, como uma unidade de análise, apresenta a vantagem de dirigir-se não apenas para firmas competidoras ou para as redes de organizações que mantêm laços diretos (DiMAGGIO e POWELL, 1991), mas inclui todos os atores relevantes cujos recursos de poder não sejam necessariamente de ordem econômica (ex.: o papel da Igreja Católica contra a clonagem humana no campo da biotecnologia está fundamentado na manipulação de valores religiosos).

Phillips, Lawrence e Hardy (2000) sugerem que a estruturação de um campo é fortemente dependente do fator colaboração. Em seu estudo, os autores enfatizam o papel dos campos institucionais como fonte de regras e recursos para colaboração e o papel desta na reprodução, inovação e tradução das regras e recurso no (???) e entre campos institucionais. No sentido de analisar a relação entre colaboração e estruturação de campos institucionais os autores elaboram um modelo teórico composto por quatro proposições. O modelo propõe, fundamentalmente, que as regras institucionalizadas e os recursos em um campo definem os processos de colaboração ao

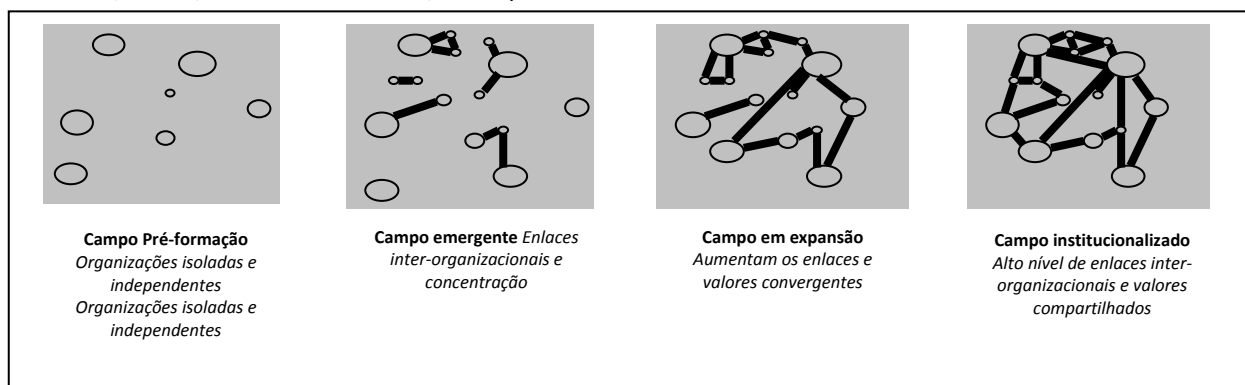
mesmo tempo em que os campos são fortemente afetados pelos resultados desses processos. Os autores salientam que embora o *poder* seja o elemento mediador em ambos os casos, ele se manifesta de maneira diferente em um e em outro. Os autores concluem argumentando que mudanças efetivas em um campo institucional são contingência das relações de poder no próprio campo. Assim, para que um processo de colaboração produza mudanças em um campo, é necessário que seus participantes detenham os recursos de poder necessários.

No Brasil tem aumentado a utilização do campo como unidade de análise em estudos organizacionais (VIEIRA E CARVALHO, 2003; GOULART *et al.* 2003; VIEIRA *et al.*, 2004; SIMÕES E VIEIRA, 2006; GOMES E VIEIRA, 2007). Esses

práticas, estratégias e estruturas foram assimiladas pelo campo organizacional.

Um campo organizacional possui características próprias e são estruturados em diversas etapas ao longo do tempo. Basicamente se constitui de quatro fases: campo em pré-formação, em que as organizações são independentes uma das outras e em número reduzido; campo emergente, em que há sinais de concentração de organizações e algum inter-relacionamento; campo em expansão, em que aumentam as inter-relações entre empresas e inicia-se busca por valores comuns; e campo institucionalizado, em que há alto nível de inter-relacionamento e compartilhamento de valores, conforme expressa a Figura 1.

FIGURA 1. ETAPAS DE FORMAÇÃO DE UM CAMPO ORGANIZACIONAL



estudos indicam que as organizações não competem apenas por recursos e mercados, mas também por posições de poder que lhes permitam determinar as regras em um campo. A busca por legitimidade funciona como meio para o alcance de novas posições de poder e não como objetivo final na busca pela sobrevivência. Uma característica dos campos organizacionais é a homogeneização das organizações e dos novos entrantes, após o campo estar estruturado. Logo, o estudo da estruturação de um campo organizacional deve identificar que valores são compartilhados pelos diferentes grupos de interesse e poder no campo, e sua análise pode ser importante para o entendimento de como as

Fonte: Vieira e Carvalho (2003)

Logo, no estágio avançado, o campo organizacional é formado por uma rede complexa de organizações que mantêm uma relação de interdependência e compartilham os mesmos valores, convivendo com ocorrência inevitável de disputas, conflitos e interesses individuais. Por conta disso, é possível que a organização com maior poder econômico ou maior conhecimento dentro do campo tenha maior capacidade de influenciar o processo de estruturação de um campo. O que parece evidente nos estudos mais recentes que utilizam a perspectiva institucional é a importância atribuída ao conceito de campo e a realização de estudos de corte longitudinal para

que se possa ter uma compreensão adequada das estruturas e dos processos organizacionais e sua relação com o contexto ambiente. A grande maioria desses estudos acaba por reconhecer que a variável poder é fundamental para o entendimento do processo de estruturação nos campos.

### 3. MÉTODO

Visando a orientar o processo de investigação para responder ao problema de pesquisa, este trabalho faz uso do método qualitativo de pesquisa, utilizando-se da forma qualitativo-interpretativa para análise dos dados. Utiliza-se neste trabalho exclusivamente o método qualitativo por ser adequado para análise de campo organizacional. O método qualitativo fundamentalmente pressupõe coleta de dados e entrevistas para, por meio de percepções dos atores, obter os dados que permitam responder aos objetivos do estudo. Com as narrativas dos representantes das diversas organizações que foram pesquisadas, analisam-se os aspectos institucionais e como está se formando este campo, utilizando-se para esta finalidade a análise qualitativo-interpretativa em conjunto com a história oral dos entrevistados.

O corte da pesquisa é seccional com perspectiva longitudinal, pois se busca nesta pesquisa informações históricas do passado que contribuam para explicar a configuração atual do campo.

A pesquisa foi realizada no estado do Rio de Janeiro, utilizando-se como dados secundários informações de artigos publicados em jornais, periódicos informativos sobre o campo e publicações de associações da indústria de alumínio, visando à elaboração da configuração inicial do campo e preparação das entrevistas que foram realizadas posteriormente. Realizaram-se coletas de dados nos seguintes órgãos: Associação Brasileira do Alumínio (Abal),

Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), bem como documentos apresentados no I Encontro de Pesquisadores em Saúde, Trabalho e Ambiente – Os Catadores de Resíduos Sólidos Urbanos, realizado na UERJ em 30/09/2005.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas de profundidade, semiestruturadas, utilizando-se como guia para a entrevista um questionário com um número mínimo de perguntas que permitiram obter os dados previstos de cada entrevistado, porém, flexível de forma a obter outras informações importantes para este trabalho e que surgiram naturalmente no decorrer das pesquisas. O período total da pesquisa foi de quatro meses, de janeiro de 2006 a abril de 2006. Foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas com duração média de 60 minutos cada uma, com representantes das organizações definidas para esta pesquisa.

As primeiras entrevistas indicaram que as informações fornecidas por cada grupo eram diferenciadas. Por isso, os questionários foram adaptados para conterem perguntas comuns a todas as organizações e também questões específicas características de cada grupo.

Pretendia-se entrevistar representantes dos órgãos estaduais e municipais, bem como de organizações que influenciam o campo de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, as pesquisas de campo indicaram que as organizações públicas que possuem maior influência neste campo são as empresas municipais de coleta de lixo, motivo pelo qual este estudo restringiu a pesquisa dos órgãos municipais e estaduais a essas empresas. Um roteiro de entrevistas foi elaborado, iniciando-se pelos órgãos representativos da indústria. Pretendia-se que os dados das entrevistas fossem gravados e posteriormente armazenados em arquivos de áudio, sendo transpassados para fichas apenas os dados considerados fundamentais para alcance deste

estudo. Entretanto, diante da recusa de todos os entrevistados a gravar entrevistas, essas tiveram que ser registradas em anotações e, ao final de cada uma delas fazia-se uma revisão para incluir detalhes adicionais, especialmente as percepções ou dados intrínsecos das falas.

Para definição dos sujeitos, utilizaram-se dados da pesquisa secundária com os principais grupos que fariam parte do campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro. Identificados os grupos, na fase do projeto definiu-se a quantidade de organizações de cada grupo que seriam entrevistadas. À medida que as entrevistas se desenvolveram, identificaram-se outras organizações integrantes do campo organizacional, utilizando-se como critério para escolha das organizações mais importantes e, portanto, das que fizeram parte desta pesquisa, a percepção dos próprios entrevistados, conforme segue: Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas); Aleris Lata; Alutech Alumínio Tecnologia Ltda; Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro (Comlurb); Cipame Comércio e Indústria de Papéis/Metais Ltda; Sucateiro FF; Cooperativa DD; Cooperativa EE; Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR; Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis (Ricamare); Projeto Reciclagem Solidária; Cooperativa Coopermizo; Cooperativa Riocoop2000; A NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação; Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre); Igreja Santa Cecília; e Paróquia Imaculada Nossa Senhora da Conceição.

A partir dos registros manuscritos das entrevistas, elaborou-se nova redação, mantendo-se todos os dados que tinham algum tipo de ligação com os objetivos desta pesquisa, incluindo-se as percepções dos atores pesquisados.

Os dados foram catalogados e categorizados de acordo com os objetivos desse estudo para permitir a caracterização do campo, a

identificação da percepção dos atores quanto ao processo de formação e os elementos que caracterizam o campo, os fatores determinantes na sua configuração, o grau de interação entre os atores e entre as organizações, analisar as estruturas de dominação do campo, bem como indicações de aplicabilidade deste estudo.

Fez-se análise interpretativa das narrativas para obtenção das percepções dos atores quanto à evolução do campo organizacional, bem como se identificou os aspectos técnicos, mercadológicos, ambientais, econômicos, políticos e culturais determinantes na sua configuração. Considerando-se que os atores não permitiram a gravação das entrevistas, fizeram-se, junto com a análise interpretativa, cruzamentos de percepções entre diferentes atores, visando a obter dados além das percepções individuais. Nos casos em que as percepções eram contraditórias, retornou-se a campo para retirada de dúvidas.

Este estudo apresenta as deficiências inerentes à metodologia adotada, bem como restrições de outras naturezas observadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, como as relacionadas às técnicas empregadas para coleta de dados. Por isso, faz-se uso das formulações de Patton (1990), cuja orientação é de que um estudo trate de forma clara e aberta suas limitações, antecipando-se a críticas e reconhecendo que todo estudo possui imperfeições.

Em relação às críticas às pesquisas qualitativas por serem muito subjetivas, quando comparadas com a objetividade das pesquisas quantitativas, este estudo procurou minimizar essas restrições definindo de forma clara as perguntas de pesquisa, os conceitos e as variáveis. Além disso, buscou descrever detalhadamente os procedimentos de campo, objetivando com isso ampliar a capacidade de generalização deste estudo.

Outra limitação deste estudo está relacionada aos sujeitos da pesquisa. Conforme descrito na seção anterior, a escolha das



organizações que fizeram parte desta pesquisa foi obtida pela percepção dos próprios entrevistados. Logo, como esta pesquisa não abrange a totalidade das organizações que atuam no campo organizacional em estudo, as percepções das organizações não entrevistadas não estão representadas.

Em relação às técnicas de coletas de dados utilizadas nesta pesquisa, duas observações fazem-se pertinentes. A primeira, é que a alteração da técnica de coleta inicialmente planejada (gravação das entrevistas) para a permitida pelos entrevistados (anotações) inviabilizou este estudo de utilizar-se de um recurso fundamental para entendimento das percepções contidas nas falas. Para compensar esta perda, procurou-se nas anotações registrar o máximo possível das falas dos entrevistados. Apesar disso, os dados registrados como falas podem não ter sido registrados exatamente com as mesmas palavras ditas pelos entrevistados. A segunda, a não realização da reunião de grupo focal, dificultou a obtenção de dados além das percepções individuais, uma perda importante para esta pesquisa. Para minimizar esta perda, buscou-se fazer cruzamentos de percepções e, em caso de informações contraditórias, as dúvidas foram esclarecidas com retorno a campo. Das 24 entrevistas realizadas, quatro necessitaram de retorno a campo, porém nesta segunda fase, por meio de contato telefônico.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados indica que o campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro é recente, a partir da implantação do primeiro centro de coleta de latas usadas em conjunto com supermercados pela Latasa, em 1991. Logo em seguida, o sucesso do Projeto Escola, cujo objetivo principal era disseminar a prática da reciclagem, incrementou o processo de reciclagem. No período de 1992 até 1997, a prática de

reciclagem se desenvolveu e as cooperativas de catadores do Rio de Janeiro ainda tinham acesso às latas de alumínio usadas em abundância nos lixos, ruas, clubes e restaurantes, as quais eram, até então, utilizadas exclusivamente na produção de bobinas para posterior fabricação de latas de alumínio.

Porém, com o surgimento das primeiras fundições no estado a partir de 1998, capazes de produzir alumínio secundário para a indústria metalúrgica, para as quais as latas de alumínio usadas também passaram a ser matéria-prima, iniciou-se um processo de valorização dessa sucata e o seu “sumiço” do mercado do lixo, especialmente das mãos dos catadores. Assim, começaram a se formar as primeiras cooperativas para trabalharem com foco na sucata de alumínio, assim como as primeiras cooperativas no modelo empresa, que passaram a comprar as latas usadas de catadores, residências, condomínios e comércio em geral. Isso provocou, já no início da formação desde campo, alterações significativas com o surgimento de outras organizações interferindo fortemente nos relacionamentos e estruturas de poder até então existentes, como os grandes coletores (atravessadores) e os sucateiros, além das novas indústrias.

Já No início do século XXI, junto com as alterações no campo organizacional de latas de alumínio e do “sumiço” das latas usadas das cooperativas de catadores, inicia-se o mesmo processo de disputa pelos outros materiais recicláveis anteriormente tratados como lixo. Talvez esse tenha sido o principal motivador para acelerar a organização dos catadores em nível nacional e estadual, culminando em 2001, no I Congresso Nacional de Catadores, com a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Apresenta-se a seguir a figura 2, com a configuração atual do campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro. Sua construção foi possível com o forte apoio do referencial teórico na análise dos dados, em

especial a utilização do conceito de campo organizacional, para entendimento do processo de formação de campo organizacional, expresso na Figura 1, e na utilização dos conceitos da variável poder, ambos fundamentais para o entendimento do processo de estruturação do campo estudado.

FIGURA 2: CONFIGURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Observa-se na ilustração da configuração do campo a existência de um número elevado de atores e de relações, indicando que, apesar do curto período de formação, este campo se desenvolveu paralelamente ao desenvolvimento da sua importância econômica, movimentando cerca de 1,4 bilhões de reais em 2004, segundo dados da Abралatas (2005).

Entre as relações, destaca-se a existência de relações de parcerias e apoios entre a indústria e grandes coletadores, e entre esses e as cooperativas-empresas. Entre o CEMPRE e as cooperativas de catadores, prevalece uma relação de parceria reconhecida pelas cooperativas, ainda que os valores financeiros dos projetos desenvolvidos em conjunto estejam

muito aquém do que elas reivindicam, de acordo com o que entendem ser legais (Lei 3369/00).

Entretanto, é entre as próprias cooperativas de catadores que ocorrem relações aparentemente contraditórias de união, conflitos e disputas, porém naturais e fruto de um aprendizado recente dessas organizações. São relações de conflitos de interesse entre a Comlurb e sua visão de cooperativa (Centro de Separação e Reciclagem - CSR) com as cooperativas de catadores, são pressões sociais das associações de cooperativas e MNCR junto ao governo federal, um forte movimento de união por meio das diversas associações de cooperativas do estado, ao mesmo tempo em que ocorrem as disputas entre as lideranças pela hegemonia do movimento estadual.

#### 4.1 ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM O CAMPO E GRAU DE INTERAÇÃO ENTRE OS ATORES

O principal elemento que movimenta o campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro é o interesse econômico, apesar de diferenciado em função do grupo a que os atores pertencem; às indústrias, interessa o desenvolvimento de seus negócios; às associações de classe da indústria interessa desenvolver ações de *marketing* do grupo a que defendem; às igrejas que coletam interessa a arrecadação de donativos; e às cooperativas interessa a luta pela sobrevivência.

Com o crescimento desses interesses econômicos, desenvolveu-se o ambiente institucional e o campo organizacional ilustrado na Figura 2. Para Meyer e Scott (1992), os estudos organizacionais devem englobar o ambiente institucional como variável de análise, em que ambientes são entendidos como regras, sistema de crenças e redes relacionais que se originam no contexto social mais amplo.

Analisando-se o campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro, percebe-se uma diferenciação desses

elementos no estágio atual de estruturação. Primeiramente, não há um sistema de regras definido para este campo aceito por todos os atores. A tentativa de estabelecer um sistema de regras pelas empresas municipais de limpeza urbana não é compartilhada pelos outros autores. Por exemplo, no município do Rio de Janeiro, o sistema de regras da Comlurb não contempla o interesse dos sucateiros e das cooperativas e, por isso, é rejeitado por essas organizações.

Entretanto, todas as organizações compartilham ao menos de um item do sistema de crenças e valores: a de que desempenham um papel importante para a sociedade e para o meio ambiente, ao evitarem que o alumínio reciclável seja encaminhado para os lixões. O sucesso da reciclagem das latas de alumínio é usado para desenvolverem a prática da reciclagem de outros materiais.

Porém, é nas redes relacionais que se manifesta o elemento mais importante do campo organizacional: apesar de formação recente, o campo é composto de organizações que desenvolveram uma rede de relações complexas, muitas vezes não percebida pelos próprios atores. Por exemplo, em várias entrevistas os atores indicaram que o preço era a questão mais importante neste mercado de alumínio reciclável. No entanto, os mesmos atores, ao definirem com quem se relacionam e o tipo de relacionamento que desenvolvem, apontam, conforme resultado da ilustração da Figura 2, o alto grau de interação entre as organizações, com relações de parceria, apoios, conflitos de interesse e disputas hegemônicas, detalhados a seguir.

A relação das indústrias com as cooperativas se dá no campo organizacional por meio do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre). A relação de *parceria* entre o Cempre e as cooperativas de catadores possibilita o desenvolvimento de alguns projetos em que as indústrias “compram” serviços das cooperativas. Os serviços prestados pelas cooperativas basicamente visam a dar destinação

aos materiais recicláveis produzidos pelas indústrias, antes destinados aos lixões e aterros sanitários. Além desta, há a relação de parceria entre as grandes organizações desse campo, representados pelas indústrias e grandes coletadores.

As percepções das cooperativas de catadores indicam uma relação de *conflito de interesse* entre a filosofia de atuação e organização das cooperativas de catadores autônomos, em relação ao modelo dos CSR desenvolvidos e licitados pela Comlurb. Parece que o conflito de interesse ocorre por falta de diálogo entre a Comlurb e as cooperativas de catadores.

As relações de *apoio* são predominantes no campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro. Existem relações de apoio entre os grandes coletadores e as cooperativas-empresas, visando à compra de latas usadas diretamente dos catadores; relações de apoio entre a cooperativa Coopermizo, administradora da CSR, e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do município do Rio de Janeiro, certamente em virtude de a Comlurb ser a mentora intelectual dos Centros de Separação e Reciclagem (CSR); e relações de apoio às cooperativas de catadores por várias entidades que as incentivam a se organizarem, como o MNCR, Igreja, ONGs e Reciclagem Solidária.

Por último, a relação de *disputas hegemônicas* que caracteriza as disputas pela hegemonia do movimento de organização dos catadores, que será motivo de análise em seção posterior, devido à interferência observada ao longo desta pesquisa que tem contribuído, por exemplo, para o estado do Rio de Janeiro não possuir ainda um órgão estadual representativo dos catadores.

Outro aspecto observado no campo em estudo são as alterações isomórficas de caráter miméticas ocorridas em algumas organizações do campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro, conforme já havia sido demonstrado por DiMaggio e Powell (1983) em

estudos anteriores de outros campos. Essas alterações foram percebidas quando a Aleris Latasa e a cooperativa DD introduziram alterações na política de compra de sucatas, conforme os depoimentos esclarecedores abaixo:

“A Latasa compra outros materiais no varejo, como o Pet, pois agrega valor na compra do alumínio: o pequeno vendedor só vende as latas de alumínio se vender junto as garrafas Pet”. (Fernanda Rocha, Aleris Latasa)

“Eu tenho que comprar esses materiais senão os prédios não me vendem as latas de alumínio.”(José, cooperativa DD)

Pelos relatos, percebe-se que a compra de materiais diferentes do alumínio - sabe-se que este é o material reciclável que realmente interessa a ambas as empresas - passou a ser feita pela Aleris Latasa e pela cooperativa DD no varejo exclusivamente porque outras empresas praticavam esta mesma política e, se não a praticassem, provavelmente perderiam fatias que possuíam do mercado.

Não se observou no campo alterações isomórficas de caráter coercitivo nem de caráter normativo. A primeira, apesar de gestões dos grandes coletadores para fidelização das cooperativas, não ocorre como regra geral, pois acaba prevalecendo para as cooperativas a busca pelo melhor preço das sucatas no mercado, que para ser exercido necessita de ambiente aberto. A segunda, alteração isomórfica de caráter normativo, também não foi caracterizada no campo em estudo, especialmente porque há muita resistência pelas cooperativas em relação às regras propostas pelas companhias municipais de limpeza urbana. Essa resistência foi manifestada por diversos atores das organizações do campo durante a fase de coleta dos dados empíricos, com expressões que indicam que as empresas municipais de limpeza urbana, como a Comlurb, são percebidas pelos representantes das cooperativas como ameaças às suas atividades. Esta ameaça é apontada pelos atores,

como uma das responsáveis pela redução do número de cooperativas de catadores no estado do Rio de Janeiro.

É importante observar que, pelos relatos dos representantes da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro (Comlurb), os objetivos da empresa seriam exatamente o contrário do percebido pelas cooperativas. Essa ambivalência entre proposições e percepções será objeto de análise em seção posterior neste estudo, pois são indicativos de que suas estratégias não são totalmente abrangentes como as cooperativas acreditam que sejam.

#### 4.2 FATORES DETERMINANTES NA CONFIGURAÇÃO DO CAMPO

Observaram-se fatores tecnológicos, mercadológicos, ambientais, econômicos, políticos e culturais presentes na percepção dos atores, como determinantes na configuração do campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro.

Os fatores *tecnológicos* não estão presentes nos discursos, mas são significativos na observação da história do campo. A reciclagem das latas de alumínio usadas se consolidou com o desenvolvimento da tecnologia que permitiu reciclá-las, primeiramente para a produção de bobinas usadas na fabricação de latas, e posteriormente por outras fundições para atender ao setor metalúrgico.

O fator tecnológico é importante na análise do campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro, pois as tecnologias ainda disponíveis no mercado são adequadas apenas para grandes fundições, concentrando a atividade da produção do alumínio secundário em poucas indústrias, o que acaba por estabelecer uma relação de poder no campo a favor das indústrias. Se essa tecnologia estivesse disponível para pequenas fundições, mesmo que a questão de escala fosse um

problema a ser superado, as cooperativas de catadores poderiam atuar de maneira diferenciada no campo, como por exemplo, produzindo diretamente alumínio secundário.

Visando a estabelecer nova forma de atuação no campo de reciclagem de latas de alumínio no estado do Rio de Janeiro, as cooperativas com apoio do projeto reciclagem solidária, estão aperfeiçoando um projeto de pequenas fundições. Este aperfeiçoamento se faz necessário, pois no estágio atual, a fundição desenvolvida não garante o grau de pureza do alumínio secundário, característica fundamental para o mercado que consome este tipo de alumínio. No momento em que as cooperativas tiverem à sua disposição a tecnologia para pequenas fundições, bem como dominarem o processo de controle do grau de pureza do alumínio secundário, o campo de reciclagem de latas de alumínio poderá sofrer profunda modificação, com a multiplicação de pequenas fundições para atenderem a mercados atuais e criação de novos mercados para o alumínio secundário.

Quanto aos fatores *mercadológicos*, os atores têm a percepção de que o desenvolvimento deste campo organizacional e as altas taxas de reciclagem de alumínio foram alcançados graças a um trabalho de *marketing* de sucesso desenvolvido no início da década de 90, como no discurso abaixo da representante da Latasa:

“O projeto escola foi o grande marco dos projetos desenvolvidos pela empresa com o objetivo de desenvolver a prática de reciclagem e associar esta prática à marca Latasa”.

Entretanto, talvez por conta desta associação da marca Latasa às origens da reciclagem de latas de alumínio, há forte inclinação dos concorrentes diretos da Latasa, entre os quais os grandes coletadores e a indústria de fundição de alumínio secundário, a negarem esta relação mercadológica

notadamente favorável à marca Latasa. Apesar disso, não se percebe no campo organizacional ações dos concorrentes da Latasa para alterarem esta relação atual.

Em relação aos fatores *ambientais*, todos os atores destacaram que o serviço que prestam à sociedade e ao meio ambiente é importante fator motivador de seus papéis e de suas organizações, como nos depoimentos abaixo:

“Hoje, me vejo como cidadão e consciente do papel importante que prestamos para a sociedade e para o meio ambiente”. (MNCR)

“A hora que o catador entender que as empresas têm passivos, o catador poderá cobrar pelo seu serviço e com isso melhorar seu padrão de vida. Não vamos mais morrer de fome”. (MNCR)

“O alumínio é que salva a cooperativa e o resto é por conta da responsabilidade social e ecológica. Se eu cuidasse só do alumínio ganharia mais”. (José, dono da cooperativa DD)

Vale destacar que esses depoimentos são fundamentais para o entendimento de como o reconhecimento desta relação dos catadores com o ambiente e a sociedade contribuem para o resgate da cidadania, autoestima e dignidade dos catadores. Para Sanchis (2000), algumas alterações que vêm ocorrendo na atividade do catador e nas suas relações sociais têm contribuído para esse resgate.

São alterações no próprio trabalho, destacado por alguns atores nesta pesquisa por ocasião da regulamentação da atividade do catador como categoria profissional; a mudança da autoimagem provocada pelo crescimento nas relações sociais que o processo de organização da cooperativa propicia, bem como a sensação de ser “mais importante” ao pertencer à cooperativa; e a mudança da própria sociedade, ao mudar seu olhar sobre o catador, ao reconhecer nesses trabalhadores, agora organizados, a prestação de um serviço fundamental para a própria sociedade.

Quanto aos fatores *econômicos*, todos os depoimentos dos atores do campo destacaram a questão econômica como principal responsável pelo “sumiço” das latas de alumínio do lixo, pelo crescimento dos índices de reciclagem, bem como pelo surgimento de novas organizações, como sucateiros e novas indústrias.

Esta percepção é corroborada por Eigenheer e Ferreira (2005), para quem o Brasil hoje é um grande reciclador e isto se deve muito mais ao amplo conjunto de necessitados que se dedicam à atividade de catação do que a programas organizados de gestão de resíduos sólidos. Ou seja, um dos fatores determinantes na configuração atual do campo são as más condições econômicas de parcela significativa da população que, associadas aos altos valores pagos às latas de alumínio, fazem com que pessoas que catam esporadicamente ou empregados que catam para complementar seus rendimentos atuem nesta atividade concorrendo diretamente com os catadores.

Os aspectos *políticos* também são fundamentais para o campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro. O MNCR e as cooperativas associadas destacam as ações políticas como as mais importantes de suas atividades, entre as quais a organização dos catadores em cooperativas, bem como em associações de catadores nos âmbitos locais, municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Por meio dessas organizações, as cooperativas de catadores desenvolvem pressões sociais e políticas, tais como os encontros estaduais e nacionais, o encontro com o presidente da República em 2005, além de reuniões com ministros e outras autoridades do governo federal nos anos 2005 e 2006.

Por último, o elemento *cultural* desempenha papel importante na configuração do campo, especialmente entre os catadores. Se por um lado a luta pela sobrevivência está presente nos discursos dos catadores, por outro a solidariedade está no dia-a-dia, como se pode perceber no relato abaixo da coordenadora do

projeto coleta seletiva da paróquia Imaculada Nossa Senhora da Conceição:

“Aqueles catadores para mim são como a própria imagem de Deus – Nunca vi tamanha solidariedade, e isso se repetiu nas várias vezes em que eu fui vender o material”. (Denise, Paróquia Imaculada Nossa Senhora da Conceição)

Além da solidariedade, os representantes das cooperativas de catadores destacaram a necessidade de compatibilizar as atividades internas nos barracões de suas organizações com a autonomia e liberdade da qual muitos catadores não abrem mão, conforme percepção do representante da Riocoop2000:

“A Riocoop2000 possui ... cooperados indiretos que prezam a liberdade e autonomia e por isso não querem trabalhar de forma cooperativada”. (Estácio, Riocoop2000).

#### 4.3 ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO

Na percepção dos atores, a estrutura de dominação do campo estudado fica restrita aos grandes atravessadores e à indústria. Perguntados especificamente sobre esta questão, obteve-se as seguintes respostas:

“O mercado de materiais recicláveis é controlado por grandes atravessadores ou grandes empresas, que determinam os preços do mercado”. (Mauro Lima, coordenador de projetos da Comlurb)

“Os grandes compradores do mercado de alumínio são a Latasa, Cipame e a AMA, sendo a Cipame a maior de todas”. (José, cooperativa DD)

“... o mercado de latas no estado do Rio de Janeiro possui quatro grandes coletadores: Latasa, Novo Rio, Alutech e Alumbras, sendo a Latasa a mais poderosa das quatro, seguida do Novo Rio”. (Maria, cooperativa EE)

“Entre as principais organizações que atuam no mercado de alumínio, a Cipame é uma das mais importantes”. (Sérgio Castro, Reciclagem Solidária)

“A CRR é a mais importante compradora de materiais recicláveis no mercado do Rio de Janeiro e possui em geral o melhor preço”. (Sônia, Copermizo)

“O catador deve cobrar pelos serviços prestados, ao invés de vender simplesmente o material reciclável catado, por que o mercado de recicláveis é um cartel controlado pelas indústrias de reciclagem: a indústria define o preço a ser praticado pelo mercado. Se ficar a mercê dos cartéis, o catador morre de fome.” (Estácio, Riocoop2000)

Essas percepções representam o pensamento da maioria dos atores pesquisados, incluindo os representantes das próprias indústrias.

Para exemplificar o poder da indústria e dos grandes coletadores de sucatas de latas de alumínio no campo organizacional, analisou-se o mercado de alumínio no período de jan/2006 a mar/2006. Neste período, o preço do alumínio na bolsa de metais de Londres subiu 29% de acordo com o Jornal do Comércio (2006). No mesmo período, o preço da sucata de latas de alumínio caiu cerca de 30%, de acordo com dados do Cempre (2006).

Questionado sobre esta discrepância na entrevista de campo, um dos representantes da indústria justificou a redução do preço das sucatas como necessário, em função da alta dos custos da indústria de alumínio secundário, que estaria trabalhando com margens muito baixas. Os mesmos dados foram apresentados a uma das cooperativas de catadores. Para seu representante, o preço da sucata de alumínio teria diminuído em função dos altos estoques da indústria no final de fevereiro de 2006, período anualmente considerado de maior consumo de bebidas no estado do Rio de Janeiro. Na sua percepção, esse teria sido o motivo da queda do

preço da sucata, apesar da forte alta do alumínio primário no mercado de Londres.

Uma observação importante é que no campo de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro, o papel desempenhado pelo Estado ou por suas organizações é frágil, fazendo com que no campo prevaleça a “regra do mais forte”. Foi comum nos relatos descrições de violência nas disputas pelos melhores pontos de catação, o uso da força para solucionar conflitos e até mesmo uso indevido do aparato policial e fiscal para inibir concorrentes.

A falta de presença do poder público no campo, no qual predomina a informalidade como regra, estimula ainda mais a estrutura de dominação pelos grandes atravessadores e pela indústria.

## **5. CONCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO CAMPO ORGANIZACIONAL PARA A ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DAS COOPERATIVAS DE CATADORES, FRENTE ÀS ALTERAÇÕES DO AMBIENTE INSTITUCIONAL**

A análise de campo organizacional permitiu identificar como as indústrias contribuíram para desenvolver a prática de reciclagem de latas de alumínio, bem como as recentes alterações no campo organizacional de reciclagem de latas de alumínio do estado do Rio de Janeiro. É importante entender essas recentes alterações ocorridas nesse campo para que se possa analisar as estratégias e ações de reação das cooperativas, e por isso são analisadas a seguir.

Foram cinco os principais acontecimentos que provocaram essas alterações: aumento do preço da sucata; surgimento de catadores eventuais; surgimento de cooperativas-empresas e sucateiros; implantação dos CSR pela Comlurb; e campanhas de doativos da igreja.

Em primeiro lugar, as alterações do campo começaram com o surgimento das indústrias de produção de alumínio secundário

no estado do Rio de Janeiro, para atender ao setor metalúrgico no final da década de 90, utilizando-se da mesma matéria-prima (sucatas de latas de alumínio) utilizada para a produção de bobinas de latas novas, o que provocou a valorização da sucata de alumínio.

Em segundo, a valorização da sucata incrementou o interesse dos próprios consumidores em dar destinação às latas usadas, mas também provocou escassez dessa sucata no mercado. Ao mesmo tempo, e devido ao mesmo motivo acima, surgiram os catadores eventuais, grupo formado basicamente por donas de casa, desempregados e trabalhadores em geral que visavam a complementar seus rendimentos. Essa catação eventual elevou a escassez de sucatas de latas de alumínio nos lixos, ruas, aterros sanitários e lixões.

Em terceiro, as indústrias instaladas no estado do Rio de Janeiro precisavam garantir o fornecimento de matéria-prima para sua linha de produção de alumínio secundário e passaram a incentivar, a partir do final da década de 90, a estruturação de cooperativas no modelo cooperativa-empresa, cujo surgimento alterou profundamente a relação consumidor-catador: as cooperativas-empresas passaram a comprar as latas usadas de alumínio, inicialmente dos catadores e posteriormente diretamente dos consumidores.

Além disso, para atender a necessidade de capilarização dos pontos de compra de sucatas de latas de alumínio diretamente dos consumidores, as cooperativas-empresas instalaram pontos de coletas fixos e pontos de coleta móvel. Para complementar esta capilaridade, os inúmeros sucateiros (ferro velho) espalhados pelo estado se incorporaram à tarefa de compra de sucatas de latas de alumínio dos consumidores.

Em quarto lugar, a Comlurb inicia a implantação do projeto de coleta seletiva, visando à compatibilização dos três Rs definidos na agenda 21 (redução, reutilização e armazenagem dos resíduos) e consequente

aumento da vida útil dos aterros sanitários. Em complementação a este projeto, a Comlurb desenvolveu o conceito dos Centros de Separação e Reciclagem (CSR) em algumas regiões do município do Rio de Janeiro, fazendo com que os materiais recicláveis, incluindo as latas de alumínio, fossem encaminhados para os CSRs formados basicamente por catadores.

Em quinto e último, as igrejas, de uma maneira geral, mas de forma involuntária em relação aos problemas dos catadores, desenvolveram campanhas de arrecadação alternativa de doativos por meio de campanhas de educação ambiental, com foco na captação de latas de alumínio devido às suas características excepcionais entre os materiais recicláveis: alto valor econômico, baixo volume, baixo risco de proliferação de insetos e baratas, não inflamável e de fácil comercialização.

Esses cinco acontecimentos foram responsáveis pelo “desaparecimento” das latas de alumínio das ruas e lixos, rareando sua captação pelos catadores, com reflexo direto nas cooperativas de catadores que dependiam preferencialmente da captação desse material.

No momento em que as cooperativas-empresas e sucateiros avançaram na compra de sucatas de latas de alumínio diretamente do consumidor, bem como de alumínio em geral, surgiram mecanismos criados por algumas dessas mesmas organizações para aumentar o volume de compras de sucata de alumínio como, por exemplo, compra de outros materiais recicláveis junto com a sucata de alumínio, conforme já explicado anteriormente. Ou seja, esse movimento das cooperativas-empresas e sucateiros sinalizou claramente para as cooperativas de catadores que o “sumiço” que estava ocorrendo com a sucata de latas de alumínio ocorreria muito brevemente com os outros materiais recicláveis.

O resultado desses acontecimentos provocou profundas alterações no campo, com redução das cooperativas de catadores, devido à escassez generalizada de materiais recicláveis. É



neste contexto que os catadores aceleram sua organização, incluindo a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), no I Congresso Nacional dos Catadores, realizado em 2001, bem como elaboram estratégias para sobreviverem a essas alterações do campo.

A análise dos dados empíricos indica haver quatro níveis de estratégias utilizadas pelas cooperativas de catadores. No primeiro nível está a estratégia de organização dos catadores; no segundo a luta institucional; no terceiro as estratégias alternativas para a falta de materiais recicláveis; e no quarto as estratégias para agregar valor aos materiais recicláveis. A seguir analisa-se cada nível de estratégia adotada pelas cooperativas de catadores.

Em nível mais elevado está a organização dos catadores em níveis locais, municipais, estaduais e nacionais, condição preliminar para que as outras estratégias tenham sucesso. Analisando-se esta estratégia e o estágio de organização das cooperativas, observa-se que no estado do Rio de Janeiro os catadores priorizaram a organização no nível nacional em lugar da organização nos níveis municipais e estadual, como seria natural. Os dados empíricos indicam que a disputa pela hegemonia entre as associações de cooperativas de catadores (MNCR, Ricamare, Febracoop e Reciclagem Solidária) pode ser a razão principal para que no estado do Rio e nos municípios não exista um órgão único representante dos catadores.

Esta disputa pela hegemonia e a falta de uma organização unitária provoca situações indesejáveis para os interesses das cooperativas. Por exemplo, os dados empíricos indicam haver ambivalência entre as proposições da Comlurb e a percepção das cooperativas: a Comlurb entende que deve desenvolver projetos que garantam a sobrevivência das cooperativas de catadores frente às grandes empresas que atuam no mercado de recicláveis e as cooperativas consideram a Comlurb um grande adversário de sua atividade.

Considerando-se que a Comlurb é referência nacional entre as empresas municipais de limpeza urbana e demonstrou disposição de colaborar com as cooperativas, seria importante a elaboração de uma agenda municipal comum às diversas associações de cooperativas de catadores do município do Rio de Janeiro para serem encaminhadas e discutidas junto à Comlurb. A mesma observação vale para a elaboração de uma agenda estadual única, para discutir com o governo do estado do Rio de Janeiro.

No segundo nível de estratégias estão as ações institucionais, envolvendo regulamentação de leis favoráveis ao meio ambiente e aos catadores, apoio de parlamentares aos seus projetos, desenvolvimento de projetos com financiamento do governo federal, entre outros. A única observação é a de que essas ações institucionais podem ser mais efetivas se coordenadas por uma entidade representativa de todas as cooperativas de catadores do estado do Rio e de cada município.

No terceiro nível, desenvolvem-se estratégias de enfrentamento do principal problema identificado nesta pesquisa: a falta de “bons” materiais recicláveis nos locais de catação. As cooperativas lideradas no estado do Rio pelo MNCR entendem que a alternativa para superar essa escassez é mudar o foco do catador, que deixaria de fazer a catação nos lixões e aterros sanitários, passando a efetuar a coleta como prestação de serviços para grandes empresas.

Esta estratégia parece correta sob o ponto de vista de buscarem-se alternativas para obtenção de materiais recicláveis. As grandes empresas, além de possuírem passivos que, a depender do resultado da regulamentação, poderão privilegiar as cooperativas, possuem lixo de melhor qualidade que o lixo residencial, aumentando a probabilidade de desenvolver projetos nos quais o lixo de uma empresa seja matéria prima para outra. Ou seja, abre-se a possibilidade de ganhos financeiros na retirada

do lixo reciclável da empresa geradora do lixo, bem como na entrega da matéria-prima reciclável para a empresa de destino.

Entretanto, há de se considerar que câmaras de vereadores, assembleias legislativas, governos municipais e governos estaduais são instâncias de mediação de conflitos e interesses da sociedade, nas quais os grandes grupos econômicos têm grande poder de influência e podem priorizar a coleta seletiva por empresas privadas em detrimento dos catadores.

Por último, analisa-se a estratégia de agregação de valor aos materiais recicláveis. Existem algumas ações e projetos em andamento, visando a agregar maior valor aos materiais recicláveis. Por exemplo, o aperfeiçoamento do projeto de pequenas fundições, analisado na seção 4.2 deste estudo, pode ser uma excelente alternativa para os catadores. Uma vez garantida a possibilidade do acesso a esta tecnologia, outros desafios, talvez mais complexos que este, deverão ser analisados pelas cooperativas. Entre esses desafios pode-se citar o financiamento das fundições, desenvolvimento de projetos que garantam matéria-prima às fundições das cooperativas, elaboração de estratégias de gestão financeira e obtenção de capital de giro, desenvolvimento dos mercados para o alumínio secundário a serem produzidos pelas cooperativas, emissão de relatórios com garantia de grau de pureza, entre outros. Além disso, haveria necessidade de pessoal qualificado para atuação em várias etapas do processo de produção do alumínio secundário propriamente dito.

Para obterem sucesso na agregação de valor aos materiais recicláveis, as cooperativas de catadores necessitam desenvolver capacidades técnicas e de gestão de negócios. Alcançar o domínio dessas técnicas é possível, mas demandará tempo em capacitação, bem como alteração significativa da atual organização do tempo dos catadores. Parece mais adequado que se busque parcerias com outras organizações, como sugerido no projeto apresentado pela

cooperativa de trabalho dos técnicos industriais e tecnólogos do estado do Espírito Santo, (Cempre, 2004).

Por fim, salienta-se que a superação do processo de marginalização dos catadores exige a participação em todo o processo de organização, incluindo a elaboração e desenvolvimento de estratégias e projetos de seus interesses.

## 6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO (ABAL). Disponível em: (<http://www.abal.org.br>). Acesso: 1º de set. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE LATAS DE ALTA RECICLABILIDADE (ABRALATAS). Disponível em: (<http://www.abralatas.org.br>). Acesso: 1º de set. 2005.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM (CEMPRE). Disponível em: (<http://www.cempre.com.br>). Acesso: 21 de set. 2005.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, Walter W. "The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational field". *American Sociological Review*, v.48, p.147-160, 1983.

DiMAGGIO, Paul J.; POWELL, WALTER W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: POWELL, WALTER W.; DiMAGGIO, Paul J. (Eds.) **The new institutionalism in organizational analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.

EIGENHERR, Emílio M.; FERREIRA, João Alberto. Reciclagem e seus equívocos. In: EIGENHERR, Emílio M.; FERREIRA, João Alberto; ADLER, Roberto R. **Reciclagem: mito e realidade**, 1ª ed. Rio de Janeiro: IN-FÓLIO, 2005, p.9-16.

GOMES, J. P. P. **O campo da energia elétrica no Brasil - de 1880 a 2002**. 2006. 182f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial)-Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2006.

GOULART, Sueli; MENEZES, Michelle F.; GONÇALVES, Julio C. Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da Região Metropolitana do Recife. In: Vieira, Marcelo Milano F.; CARVALHO, Cristina A. **Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**, 1ª ed. Recife: EDUFEPE, 2003, P.123-135.

MERCADORIAS, mercados futuros e à vista. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 26 de abr. 2006. Caderno Indicadores, p. 12.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. "Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony". **American Journal of Sociology**, v. 83, n.2, p.341-363, 1992.

MEYER, John W.; SCOTT, W. Richard. **Organizational environments: ritual and rationality**. Newbury Park: Sage, 1992.

PATTON, Michael Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**, 2ª ed. Newbury Park: Sage, 1990.

PHILIPS, N., LAWRENCE,T., HARDY,C., Interorganizational Collaboration and the Dynamics of Institutional Fields. **Journal of Management Studies** , v: 37, p. 23 – 45, 2000.

SIMÕES, Janaina Machado; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. A influência do Estado e do mercado no campo da cultura no Brasil. IN: **EnAPG 2006**, Novembro, Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano F.; SILVA, Rosimeri C.; DARBILLY, Leonardo V.C.; SIMÕES, Janaina M.;

ABDALLAH, Patrícia R. Fatores institucionais determinantes da configuração dos campos organizacionais da indústria da pesca no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v.38, n.6, p.947-977: FGV, 2004.

VIEIRA, Marcelo Milano F.; CARVALHO, Cristina A. Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife. In: **ENANPAD- 2003**, p.1-15.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. London: Sage, 1995.

SELZNICK, Philip. **A Liderança na Administração**, Rio de Janeiro: FGV,1971.

\_\_\_\_\_ **TVA and the grass roots**. New York: Harper & Row, 1949.

